



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS – I
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA**

**EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS: SIGNIFICADOS,
RELAÇÕES DE GÊNERO E RELAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO**

TIAGO CLEMENTINO DA CUNHA

Campina Grande – PB

Dezembro / 2016

TIAGO CLEMENTINO DA CUNHA

**EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS: SIGNIFICADOS,
RELAÇÕES DE GÊNERO E RELAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO**

Trabalho apresentado para conclusão do curso de graduação Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus I, Campina Grande – PB, orientado pela Professora Dr.^a Maria do Socorro Moura Montenegro.

Campina Grande – PB

Dezembro / 2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C972e Cunha, Tiago Clementino da
Educação de pessoas jovens e adultas [manuscrito] :
significados e relações de gênero e relações do mundo de trabalho
/ Tiago Clementino da Cunha. - 2016.
22 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.
"Orientação: Profa. Dra. Maria do Socorro Moura
Montenegro, Departamento de Educação".

1. Educação de Jovens e Adultos - EJA 2. Analfabetismo -
Combate 3. Reflexão crítica I. Título.

21. ed. CDD 374

TIAGO CLEMENTINO DA CUNHA

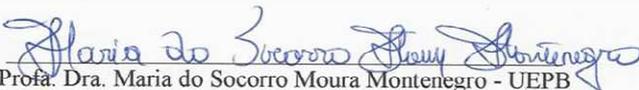
**EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS:
SIGNIFICADOS, RELAÇÕES DE GÊNERO E RELAÇÕES DO
MUNDO DO TRABALHO**

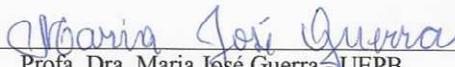
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento às exigências
para obtenção do grau de Licenciada em
Pedagogia.

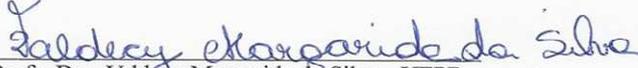
Área de concentração: Educação.

Aprovado em: ___ de dezembro de 2016

BANCA EXAMINADORA


Profª. Dra. Maria do Socorro Moura Montenegro - UEPB
Orientadora


Profª. Dra. Maria José Guerra - UEPB
Examinadora


Profª. Dra. Valdecy Margarida da Silva - UEPB
Examinadora

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por essa oportunidade.

Agradeço aos meus pais e familiares que contribuíram para minha vida acadêmica.

Agradeço a minha namorada pelo apoio.

Agradeço aos meus amigos Joab, Janaina, Clara e Eugenia.

Muito obrigado!

Dedico

A Deus pelas conquistas em minha vida.

EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS: SIGNIFICADOS, RELAÇÕES DE GÊNERO E RELAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO

Tiago Clementino da CUNHA

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de desenvolver uma reflexão crítica que dê visibilidade a alguns dos inúmeros desafios da Educação de Pessoas Jovens e Adultas (EJA) que, de certa forma, impede o combate ao analfabetismo no nosso país. Caracterizando-se como uma pesquisa do tipo bibliográfica, mesmo que, de forma não tão aprofundada, trata da problemática da alfabetização de pessoas jovens e adultas em nosso país. Sobretudo, em um país como o nosso que, ainda, não prioriza programas de combate ao analfabetismo, com atuações mais comprometidas. E, em razão disso, buscamos evidenciar a questão do gênero, já que vivemos num país extremamente machista, onde a figura do homem era enaltecida e a da mulher era concebida como sendo um sexo frágil, daí o seu lugar ser compreendido como sendo exclusivo do lar, ou seja, “recatada” e do “lar”. Assim como, trazer à tona a questão do trabalho que, de certa forma, contribuiu para que os sujeitos fizessem parte da modalidade “Educação de Pessoas Jovens e Adultas” em nosso país. Com esse escopo, nos apoiaremos em autores como, Ferreira (2007); Laffin (2012); Gonçalves (2012); Freire (2013) e outros.

Palavras-chaves: Reflexão. Educação de Pessoas Jovens e Adultas. Combate ao Analfabetismo.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de pesquisas bibliográficas, por entender que, apesar de muitos pesquisadores terem se debruçado sobre a problemática da modalidade “Educação de Pessoas Jovens e Adultas”, muito ainda precisa ser feito para que o nosso país possa, de fato, combater o analfabetismo, de forma séria e comprometida.

Para isso, este estudo pretende desenvolver uma reflexão que dê visibilidade a alguns dos entraves da EJA que, de certa forma, impede o combate ao analfabetismo no nosso país. Por isso temos como objetivos específicos, desenvolver reflexões em torno da problemática da questão do gênero e da questão do mundo do trabalho, considerando que, dentre outros, estes se constituem em alguns entraves no trabalho com Educação de pessoas Jovens e Adultas no Brasil.

Este trabalho está voltado não só para a reflexão destas realidades, mas para mostrar que, hoje, mais do que nunca, há uma grande preocupação, por parte dos sujeitos que se beneficiam dessa modalidade, no que concerne à modalidade da EJA, na qual se pode apostar na capacidade de cada aluno na construção do conhecimento, isso dentro de seu contexto histórico e cultural, na condição de sujeito que pensa, faz, age, reflete e, na medida do possível, busca transformar a sua própria realidade. Nesta perspectiva, buscaremos responder a algumas questões que dizem respeito às pessoas fora de escolarização na idade certa, dentro de seu contexto e realidade sociocultural, implicadas às questões de gênero e às do mundo do trabalho.

Para isso, esse trabalho está subdividido em três partes: a primeira trata do significado da Educação de Pessoas Jovens e Adultas, a segunda, trata da contextualização da problemática da Alfabetização de Homens e Mulheres no Brasil e as relações de gênero, e a terceira trata da temática da Educação de Pessoas Jovens e Adultas e suas Relações com o Mundo do Trabalho. Culminando com as considerações finais sobre essas reflexões.

1. O SIGNIFICADO DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS NO BRASIL.

Em nosso país, não podemos perder de vista que a EJA sempre foi e ainda é, hoje, uma modalidade de ensino extremamente complexa na qual, queiramos ou não, envolve inúmeras dimensões nas quais estão presentes problemas de toda natureza, chegando mesmo a transcender a questão educacional. Compreendemos que, antes de tudo, o educador que trabalhar com essa modalidade precisa ter habilidades específicas no que se refere à concepção de alfabetização da EJA, sobretudo quando se entende que, “[...] ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar as possibilidades para a sua produção” (FREIRE, 2013, p. 24, grifo do autor).

Como podemos perceber, Freire chama a atenção do professor para o fato de que, cabe a este, não transferir conhecimento, mas criar as condições para a produção, para o ato de alfabetizar, sobretudo se considerarmos que o ato de alfabetizar é um ato político, por excelência. Como autoridade máxima no assunto, Freire é no contexto histórico da EJA o precursor deste movimento desde meado da

década de 60 através do Movimento de Cultura Popular criado em Recife no Pernambuco. O movimento previa alfabetizar as camadas populares, esses que eram os mais atingidos pelas desigualdades entre as classes sociais. Partindo do pressuposto que a educação e formação crítica dos cidadãos os levariam a uma condição melhor de vida, ou pelo menos a reflexão da própria existência e do mundo em que vivemos. Embasados em um novo conceito de educação, Freire ganhou voz e vez com o apoio dos intelectuais, artistas e movimento estudantil.

Os professores das primeiras turmas da EJA assim como os de hoje sempre se mostraram muito comprometidos politicamente com as ações educativas, conscientes de que a mudança só é possível com um grande esforço por parte de todos. Mesmo que a educação se dê em meio a condições precárias na busca de melhores resultados. De acordo com o que já foi conquistado anteriormente com a educação popular, podemos nos perguntar: o professor da EJA tem essa clareza? Tem comprometimento com o seu fazer pedagógico, em sala de aula e fora dela? Precisamos repensar, em primeiro lugar que, para alguns educadores, essa educação se resume, muitas vezes, apenas a alfabetização, em seu sentido restrito da decodificação, ou seja, decodificar o código escrito. E o pior, há muitos que, por copiar, ou mesmo desenhar o seu nome, acreditam que estejam alfabetizados, quando na realidade, não estão, por isso, caso haja persistência, precisamos, com a máxima urgência, desconstruir essa concepção equivocada, seja da escola, seja da sociedade.

Por outro lado, devemos entender que o objetivo principal do ensino aprendizagem para os estudantes da EJA, está em ter um professor para mediar seus conhecimentos de mundo, fazendo com que os mesmos obtenham o conhecimento formal pautado na sua realidade de vida, contribuindo assim, para seu crescimento pessoal e profissional. Como assevera Freire (2013), essa leitura de mundo, que precede sempre a leitura da palavra é para o sujeito um mecanismo dialógico construído em sua história particular.

Na medida em que os jovens e adultos reingressam a escola é possível observar que eles na condição de alunos, têm como características em comum, complexos de inferioridade, demonstrando dificuldade de aprendizagem e desmotivação por ter passado muitos anos fora da escola. A baixa autoestima é também uma característica muito forte deste grupo, e sempre se colocam como culpados por não conseguirem assimilar os conteúdos no mesmo ritmo que os

demais, e enxergam o educador como um ser místico ou fonte inesgotável do saber. Devemos lembrar que uma pessoa analfabeta é formadora de conhecimentos. Por isso, segundo Freire (1987), as pessoas analfabetas não deveriam ser vistas como imaturas e ignorantes, o educador chamava a atenção de que o desenvolvimento educativo deveria acontecer conforme as necessidades desses alunos. Por isso, refletir sobre como esses alunos pensam e aprendem, envolve, portanto, transitar por três campos, o social, profissional e educacional nos quais contribuem para a definição de seu lugar social. Valendo-se que não só na definição de excluídos, mas de membros de determinados grupos culturais.

Nesse sentido, jamais poderemos proporcionar às pessoas jovens e adultas uma transformação radical de si mesma, quando a esses sujeitos não lhes foram oportunizada uma alfabetização nos moldes da de Paulo Freire, isso porque, na égide de uma educação de sentido está o sustentáculo de uma formação crítica. Para uma melhor compreensão dos fatos, convém ressaltar que é necessário que a formação do educador seja pautada na consciência das necessidades dos sujeitos, não só sobre seu direito de aprender, mas, sobretudo, outras necessidades, como a de criar condições para que eles possam desenvolver sua caminhada na sociedade em que vivem. E é a partir daí que o educador deve se propor a trabalhar com turmas da EJA, buscando refletir criticamente sobre sua prática, seja buscando ter também uma visão ampla sobre a sala de aula e também sobre a escola na qual vai trabalhar.

Nessa reflexão, cabe outra pergunta: mas como o educador deve refletir sobre sua prática? A partir do momento em que busque ampliar suas reflexões sobre o ensinar, sobre o aprender, sobre sua prática como um todo. Todavia, só podemos compreender o significado da Alfabetização de Pessoas Jovens e Adultas, quando compreendemos que na história existiu uma preocupação voltada à educação popular, de alfabetizar a classe trabalhadora como mostrado nos diálogos de Paulo Freire. Esse autor faz-nos compreender que prevaleceu a vontade política de um educador que revolucionou a alfabetização da classe trabalhadora, quando deu demonstrações de que, houve ações serias e comprometidas politicamente com a educação de nosso país. Imagine, em apenas um mês, 300 trabalhadores puderam ser alfabetizados, e não só se apropriar do código escrito, mas compreender a realidade na qual cada um vivia, naquele momento. Após isso, não podemos ser ingênuos a ponto de acreditar que o governo só objetiva pôr em prática sua vontade

política de ajudar, onde esteja presente o interesse real de combater o analfabetismo no Brasil, assim como a do grande educador Paulo Freire.

Outra ação que merece ser lembrada para um melhor entendimento no que se refere à educação popular, em outra vertente, foram as mudanças ocorridas, principalmente, na década de 1960, desta vez como surgimento e implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) através do Movimento de Educação de Base (MEB) onde

[...] o programa previa uma descentralização da ação sistemática através de convênios com entidades públicas e privadas e a integração da alfabetização em programas mais amplo de educação para saúde, o trabalho, o lar, a religião, o civismo e a recreação, [...]. (PAIVA, 2003, p. 321)

Apesar de o projeto ter sido aplicado no período militar pós 64 na tentativa de erradicação do analfabetismo, o mesmo possibilitou a alfabetização funcional de jovens e adultos, deixando de lado a formação crítica. Na época havia uma grande preocupação e mobilização deste fenômeno para erradicação do analfabetismo, com a tarefa imediata de alfabetizar os jovens e adultos das camadas socioeconomicamente inferiores, de forma a expandir o ensino desta modalidade. Podemos notar, entretanto que, a luta pela erradicação do analfabetismo é um tema ou discurso de longa data no campo da educação, sendo encarado ainda como algo a ser superado nos dias de hoje. Entretanto, devemos entender que para “a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma ‘chaga’, nem uma ‘erva daninha’ a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta” (FREIRE, 1981, p. 13, grifo do autor).

Entretanto, neste cenário todo, onde se deu ênfase a educação popular e a busca de novas diretrizes, não temos como não mencionar as propostas de Paulo Freire apresentadas principalmente em 1962, referentes ao homem enquanto sujeito de uma educação autônoma, de seu mundo, sua cultura e ação. Em outra perspectiva, ao analisarmos as propostas de Freire, enxergamos que são vários fatores que contribuem para o fracasso escolar. Elencando algumas, temos: a) falta de recursos financeiros; b) escolas bem estruturadas; c) formação de qualidade para os educadores; d) um currículo voltado às necessidades do aluno; e) planejamento metodológico, planos e programas que contemplem a modalidade de ensino EJA.

Nos textos de Freire a educação das massas vai além da esfera pedagógica e social, é uma questão política, mesmo que tudo estivesse ao nosso alcance, se não houvesse interesse, dedicação e envolvimento por parte dos professores e alunos, seria difícil de desenvolver uma vocação antológica e condições propícias para uma educação de qualidade voltada à classe trabalhadora. Portanto, independente da abordagem didática que se faça hoje nas salas de EJA, é imprescindível desenvolver uma relação de autoafirmação entre os discentes, isso porque, “o homem se constrói e chega a ser sujeito na medida em que, integrado em seu contexto, reflete sobre ele e com ele se compromete, tomando consciência de sua historicidade” (MIZUKAMI, 1986, p. 90). Os professores tem um grande desafio a frente nessa modalidade de ensino, pois cabe a eles adequa seus conteúdos e praticas pedagógicas a realidade de vida de seus alunos, sempre levando em conta seu meio de vida e suas realidades e acima de tudo procurando forma cidadãos conscientes e cada vez mais críticos, conscientes de seus deveres na sociedade, e prontos para mudar sua realidade.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA DA ALFABETIZAÇÃO DE HOMENS E MULHERES NO BRASIL

A educação de homens e mulheres na sociedade brasileira sempre foi pautada em dificuldades e barreiras, que precisam, de uma forma de outra, ser transpassada. E, em si tratando da questão do gênero, a própria sociedade trás na sua raiz, uma cultura patriarcal voltada à centralidade masculina, onde por um século vetou a atuação social da mulher. Podemos observar isso, claramente, nos relatos da história da civilização humana. As barbáries contra a imagem feminina, sendo posteriormente amenizadas com a democratização do ensino no século XX. Apesar desse marco, até os dias de hoje, persisti, mesmo assim, atitudes que inferiorizam as mulheres, negros, homoafetivos, crianças, idosos e portadores de necessidades especiais, entre outros.

Segundo o IBGE, mais da metade da população é composta por mulheres, e, mesmo assim, culturalmente não há uma educação por igual para meninos e meninas, o que se ver é que os meninos são educados para o ter, conquistar,

avançar, enquanto que as mulheres são podadas e educadas para a família, para o lar, para o social, embora elas tenham a mesma capacidade. E o que estamos a assistir é que é forjado um caráter de submissão total, contraditória a sua própria existência. Embora muitas mudanças e conquistas tenham ocorrido a favor dos direitos da mulher, temos presenciado, de fato, que há interesses que fazem com que a mulher continue submissa ao homem, em todos os setores da sociedade, como se quisesse destruir e inferiorizar a capacidade feminina, sempre tentando colocar a mulher numa posição inferior, mesmo estando ao mesmo nível dos homens. Cabe a nós perguntarmos, seria isso uma questão cultural histórica? Ou ideológica? Ou ainda uma violência simbólica de cunho social regrada pelo machismo? Independente da resposta cabe refletir o papel da educação na conscientização desse impasse.

Independente de gênero, classe, raça ou etnia, a dialética que se estende nos diversos níveis de conhecimento só prova cada vez mais que a nossa sociedade não está ainda preparada para o tratamento igualitário de gênero. O que se ver é o afastamento das mulheres de certas áreas, mesmo estas tendo conhecimentos múltiplos que desenvolveriam até melhor que os homens vários papéis. Não podemos fazer distinção de gênero ao que se refere a capacidade de se tornar maior ou menor, do saber mais ou do saber menos, do que é adequado e o que não é, o que cabe ao o homem ou a mulher, porque ambos os sujeitos estão sempre “programados para aprender’ e impossibilitados de viver sem a referência de um amanhã, onde quer que haja mulheres e homens há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender” (FREIRE, 2013, p. 82, grifo do autor).

Na nossa cultura, ouvimos e vemos sempre distinções que reforçam, cada vez mais, essa desigualdade entre o gênero masculino e feminino, a começar desde cedo na educação das crianças, quando se ensina a elas as atividades que ela não pode participar por ser do gênero oposto. Essa distinção tem início na educação familiar se estendendo a educação escolar, como por exemplo, temos a proibição de certas brincadeiras entre as crianças, como futebol para os meninos e amarelinha para as meninas. Poderia discorrer inúmeros exemplo e casos semelhantes, mas o importante aqui é mostrar que a educação reproduziu por muito tempo uma educação para homens e mulheres bipartida, onde a mulher era educada para o lar e o homem no geral para o trabalho.

Essa questão se reflete até os dias de hoje, pois as mulheres compõem a maior parte dos formados no país, saem das universidades em maior número, entretanto, continuam ocupando a menor parte nos cargos de chefia e status na sociedade continua desempenhando as mesmas funções que os homens e recebendo menos que eles. As dificuldades se dão em todos os setores da sociedade, na EJA, muitas delas são proibidas pelos parceiros de retomarem seus estudos, sem contar dos tipos de violências físicas e simbólicas que as mesmas sofrem. Em suma, a educação de homens e mulheres tem sido centro de vários debates, principalmente no que se refere à acepção do gênero, tentando hoje, reduzir a discrepância da desigualdade e do preconceito.

A educação tem levantado, nos últimos anos, a bandeira na luta contra a cultura misoginia¹ que degrada e macula a imagem da mulher na sociedade, traçando ações que valorize o ser mulher na sua totalidade. A ideologia de gênero mostra pela educação que homens e mulheres são diferente biologicamente entre si, externo e internamente, mas o que os tornam diferentes não é apenas isso, mas o que foi inculcado pela família, escola e sociedade. Até no nível acadêmico percebemos a discrepância acentuada quando se julgar a que curso cabe ao homem e a mulher percorrer. A exemplo temos os curso de licenciaturas onde no passado era composto quase que totalmente por homens, e hoje em outro contexto, as mulheres são majoritárias, mostrando através da sociedade, a aceitação de certa funções apenas por certos gêneros.

É gritante também a discriminação quando se ouve que o profissional da educação infantil é um homem, ou quando se sabe que o atendimento será feito por um pediatra ou ginecologista na área de saúde. Do mesmo modo é a reação das pessoas quando tomam conhecimento de que a chefia da segurança foi assumida por uma mulher, ou mesmo quando assumi o maior cargo político, como o ocorrido nos últimos anos. Essas insatisfações moralistas geradas pela falta de conscientização de que racionalmente as funções ou cargos públicos e privados não foram criados com o intuito apenas de atender apenas ao homem ou mulher, além de ser algo cunho preconceituoso, dificulta o trabalho de quem busca pela educação, unificar o direito e a acessibilidade da mulher e do homem nos vários setores da sociedade.

¹O termo foi empregado no sentido de aversão, repulsa ou desprezo pela mulher.

É pensamento excludente e o comportamento reprovável de repulsa quanto à aceitação de uma educação por igual entre mulher e homem, continua reproduzindo a desigualdade entre ambos. Percebe-se que em algumas escolas, igrejas e outras instituições sociais e até mesmo no ceio familiar, os adultos continuam separando os meninos e meninas da mesma atividade, não permitindo a socialização, o convívio e a comunicação entre eles. Desta forma, se reproduz e acentua cada vez mais de forma desmerecida, a competitividade e a falta de aceitação entre um e outro. Isso se prova nos primeiros anos de casamento entre dois jovens, onde um quer sobrepujar o outro, submeter o parceiro, dominar, competir, silenciar, levando muitas vezes ao divórcio, não por falta de apreciação pelo o outro, mas por que aprenderam quando criança a não conviver juntos, a não resolver problemas juntos. A partir daí se prova o fracasso de uma educação escolar e familiar de mulheres e homens.

Uma mulher é o que lhes foi imputado ser, igualmente o homem, mas os que os distanciam são as falsas ilusões de que um não pode exercer o lugar do outro. A educação contribui para esse disparate quando no processo de formação distingue o que é próprio para mulher e para o homem, atendendo a vontade retrógrada de uma sociedade enraizada falsos conceitos e dogmatismo religioso. Mesmo assim a escola ainda é o meio mais fácil de erradicar essa diferença e disputa entre os gêneros, reprogramando as ações dos gêneros, onde a mãe pode dirigir caminhão, e o pai cuidar do lar, mostrando assim para as novas gerações que podem ser idêntico no fazer, poder e ser sem perderem sua identidade. Não queremos escolas que confundam a questão do gênero, que ensine as crianças apenas a ler e escrever, mas que construam pessoas mais humanas e críticas.

Hoje em dia o grande desafio dos professores do EJA é a definição dos conteúdos a serem aplicados em sala de aula para minimizar a distância entre os gêneros. Além do elemento da divisão de gêneros pelos alunos há também a questão da identificação dos alunos com determinados conteúdos aplicados pelos professores, isso implica muito no interesse do aluno em aprender. Porém cabe ao professor quebrar esse paradigma através de temáticas cada vez mais associadas com seu dia a dia. Baseado na hipótese de uma sociedade mais justa, a escola tem um papel preponderante e poder incomensurável de trabalhar a questões do gênero de forma interdisciplinar, formulando sentidos de mesmo valor para o tratamento de ambos os sexos. Podemos assegurar que só uma educação por igual no ceio

familiar e na escola poderá desconstruir as barreiras que surgirão na relação do tratamento entre gênero, entre a alfabetização de homens e mulheres.

3. EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS E SUAS RELAÇÕES COM O MUNDO DO TRABALHO.

Do ponto de vista pedagógico, os alunos da EJA são, em sua maioria, atores sociais fora da idade escolar, com déficit de leitura, escrita e cálculo, com marcas distintas de oralidade, acompanhados de outras limitações, geralmente pertencentes à classe trabalhadora. Estes atores sociais que, devido à vulnerabilidade social e suas necessidades, tiveram que abandonar seus estudos para trabalhar, hoje, ver na EJA a esperança de reconstruir sua autoestima roubada pelas péssimas condições de vida impostas pela sociedade na qual fazemos parte. Contudo, devido à exigência do mercado de trabalho, muitos retornam também pela finalidade de garantir seu trabalho ou se preparar para ele. Em outra conjectura, há aqueles que não retomam seus estudos por ter perdido o encantamento pela educação ou até mesmo por vergonha de não ter avançado pela falta desta formação, em outros casos, pelo excesso de trabalho. Por esses motivos

[...] convém lembrar que os sujeitos da EJA são vítimas de um ciclo vicioso de exclusão: frequentemente são acusados pela sociedade de que não têm trabalho ou têm um salário menor porque não estudaram, porém, na maior parte das vezes, não estudam porque trabalham. (GONÇALVES In. AFFIN, 2010, p. 31).

É importante, neste sentido, planejar uma educação convidativa e estimuladora para que o aluno trabalhador consiga sentir e/ou enxergar oportunidade de progresso no seu mundo pessoal e profissional. No mesmo viés atentar para que essa mesma educação não se resuma apenas ao fazer técnico profissional, ou mecanicista com finalidades apenas para o mercado de trabalho, mas uma educação que contemple o saber fazer, e o refletir sobre esse saber fazer, na construção de um sujeito crítico, isso porque “[...] pensando concretamente, o trabalho é complexo e contraditório: ao mesmo tempo em que é liberdade, é servidão, ao mesmo tempo em que forma, deforma” (GONÇALVES In. LAFFIN, 2010, p. 29). Devemos ter um entendimento racionalizado do trabalho, porque

corresponde a toda ação humana na natureza no sentido de transformá-la e mudar o seu meio, na busca de facilitar a sua vida e atender suas necessidades básicas e de subsistência, até porque,

[...] diferente do animal, que vem regulado e programado por sua natureza e, por isso, não projeta sua existência, não a modifica, mas se adapta e responde instintivamente ao meio, os seres humanos criam e recriam, pela ação consciente do trabalho, a sua própria existência. (PEREIRA; LIMA, 2008, p. 400).

A relação da educação da EJA e o mundo do trabalho sempre foram estreita e regrada de ideologias, onde a educação sempre esteve presente e em alguns momentos a serviço do capitalismo. Isso se confirma nos discursos daqueles que participaram do avanço do capitalismo no início do século XX, até porque “para Marx a essência do ser humano está no trabalho, e o que os homens produzem é o que eles são” (ALBORNOZ, 2000, p. 17). Neste sentido, a necessidade de aprimorar a mão-de-obra fez da educação elemento ou mola propulsora para o desenvolvimento do país. Não obstante, caminharem uma via de mão dupla como trabalhos e estudo, nunca foi tarefa fácil de realizar em nenhuma época pela classe trabalhadora. Por esses e outros fatores, entendemos as razões pelas quais as Pessoas Jovens e Adultas de EJA veem as escolas noturnas como algo intransponível, a começar pelos habitantes da zona rural, onde não se oferecem a eles, condições de acesso, segurança, transporte, conforto e tratamento adequado.

Estamos vivenciando mudanças em quase todos os níveis de educação, entretanto, muitos dos problemas ainda persistem nesta modalidade de ensino, não é apenas conjecturas, o que se ver é um retrocesso a nível nacional, porque muitas escola estão fechando suas portas para a modalidade EJA. O que se ver é que o próprio sistema nacional de educação tem freado, nos últimos anos, os investimentos não só para outras modalidades de ensino, e para a EJA, essa, sim, é quase que totalmente esquecida. Talvez seja, por não enxergar grandes resultados, por outro lado, tem investido maciçamente na Educação Básica e Educação Superior. Devemos entender que o direito à educação não se dá pela acepção de pessoas classes ou idade, é um direito subjetivo de todos e previsto na Legislação Educacional Brasileira e Internacional, a começar pela Constituição Federal de 1988, onde no seu Art. 205, consta que:

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Concomitante a esta afirmativa e em termos legais, esse direito é acobertado também pela Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, referentes às Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) onde reza no seu Art. 37, que o

[...] sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderem efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996).

Ainda no mesmo documento da LDB, no inciso II do art. 35 se faz menção da preparação do sujeito para as relações de trabalho, onde afirma que

[...] a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupações de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores. (BRASIL, 1996).

No que diz respeito à educação ao longo da vida, Jacques Delores, no Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, afirma, “o conceito de educação ao longo de toda vida aparece, pois, como uma das chaves de acesso ao século XXI” (DELORES, 2001, p. 17). Neste sentido, podemos entender que o ato de educar vai além do seu sentido próprio, não é apenas um direito é antes de mais nada um ato político, e muito menos uma preparação para o mercado de trabalho, mas um resgate de identidade enquanto ser.

Entre os tabus a serem superados, está o entendimento de que a educação de EJA tem suas características próprias, sua diversidade cultural e especificidade, por seus alunos portarem conhecimentos ligados à prática do seu cotidiano, de experiências concretas e de base vivencial. Por esse motivo devemos enxergar que aplicar os mesmos métodos e conteúdos do ensino regular não traz os melhores

resultados a essa modalidade de ensino. Com base em novas diretrizes, o currículo voltado ao EJA deveria assumir traços que definissem os diferentes espaços nos quais seus agentes atuam, considerando sua regionalização, sua cultura popular, seu entorno, suas limitações e historicidade.

A retórica que se houve hoje das escolas em sua grande maioria, é sobre o desencantamento dos alunos e a dificuldade de formar novas turmas, por não haver uma maior assistência por parte dos envolvidos, e por a EJA influenciar diretamente nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Percebemos a partir daí que se criou em volta da EJA uma política de educação muitas vezes não comprometida, com poucos projetos, programas, investimentos, capacitação do corpo docente, acompanhamento técnico, etc.

Outra questão que vem à tona é a permanência dos alunos em sala de aula no turno da noite, e tem sido foco de debate permanente entre os docentes, principalmente quando diagnosticado a falta de motivação e autoestima destes como também outros fatores. Em si tratando da modalidade da Pessoa de Educação de Jovens e Adultas se dá de forma mais acentuada, por se referir a alunos adolescente, jovem-adulto e adulto-idoso fora da idade regular. Para que a baixa autoestima e os transtornos gerados por ela não acarretem prejuízos ao processo ensino-aprendizagem dos educandos, se faz necessário pensar, o que fazer para mudar essa realidade? Como a comunidade escolar pode contribuir e trabalhar essa problemática? Que características e domínios o professor tem que portar diante deste impasse?

Portanto, a democratização dos saberes pela educação como algo irresistível ao homem ainda não atingiu todas as expectativas em nosso país. Partindo deste pressuposto, notamos que os esforços de possibilitar uma real participação do povo enquanto sujeito na educação perdura até nossos dias, porém, com uma notável redução dos interesses dos que a promove. Portanto, temos hoje na condição de professores e colaboradores, a responsabilidade de não só construir um ambiente de educação favorável para os jovens e adultos, como também de incutir um pensamento crítico libertário através da EJA. Conforme assevera Ciari (1961) *apud* Zabala (1998), “uma mente passiva, inerte, conformista, não pode construir uma personalidade democrática”. E é nesta atmosfera transformadora que se buscará justificativas na luta por ações que aprimore a EJA, na redução das desigualdades nas relações no mundo social e do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vemos que hoje a Educação de Pessoas Jovens e Adultas é pouca assistida pelos nossos governantes e pela a sociedade em geral. Entretanto, não podemos negar que a mesma continua, evoluindo, muito lentamente, no combate ao analfabetismo no nosso país, ao mesmo tempo, resgatando a dignidade e oportunizando de forma cidadã a esperança nos olhos de quem aprende a ler e escrever independente de idade. Contudo, é de suma importância não só reivindicar por melhores e esperar o tempo bom chegar, isso porque na condição de professor, devemos criar condições no presente para que a EJA atinja seus objetivos através de ações que contemple o sujeito. Não é de braços cruzados que veremos nosso contexto social mudar para melhor, é com pensamento inquietante e provocativo, transformando a realidades dos alunos da EJA que se alcançarão melhorias nos vários campos da educação, é a partir de uma criticidade mais racional do pensar e agir.

Quanto à questão do gênero, devemos sempre levantar a bandeira da igualdade não deixar que ela se manche com preconceitos arcaicos e grotescos, mas respeitar a mulher na sua pluralidade cultural, nas suas especificidades locais, valorizando suas qualidades, no sentido de ocupar seu espaço no interior da sociedade na qual vivemos. Acreditamos, ainda, que é só através de uma educação por igual entre homens e mulheres que a EJA poderá superar as distâncias sociais e culturais que colocam as mulheres em desvantagens em nosso país. A conscientização dos sujeitos em sua formação crítica é a chave primordial para uma sociedade que não enxerga a mulher estereotipada, mas a valoriza a partir das suas aptidões e qualidades.

Por sermos um país em desenvolvimento, grande parte dos estudantes estão comprometidos com o mundo do trabalho, começando desde cedo na vida do sujeito. É sabido que a classe trabalhadora necessita se ajustar ou adequa-se as inovações que emergem do mundo do trabalho, logo estes buscam a escola não só para garantir seu posto de trabalho, mas para fugir das condições precárias de trabalho. No entanto, estes compõem ainda a grande parte das turmas da EJA. Tendo em vista as necessidades dessa classe, se faz necessário que a EJA ofereça melhores condições para o aluno-trabalhador, e de maneira flexível busque

reconhece-los mais de perto, ouvi suas reivindicações, tentar resgatar sua autoestima.

Devemos estar convencidos e conscientes de que as abordagens políticas e os discursos dialéticos sobre a educação e seus resultados não podem vir acompanhadas de utopias inalcançáveis, mas revestidas de propostas e sugestões de melhorias que levem a um caminho de fortalecimento da cidadania, na tentativa de amenizar e/ou reduzir as desigualdades sociais, que são assustadoras em nosso país. Não podemos cruzar os braços ao acharmos que a educação da EJA não pode ser reinventada. No percurso histórico e cultural do nosso país não foram poucas as investidas e tentativas de elaborar uma educação de qualidade e emancipadora voltada para EJA, algumas destas até com resultados satisfatórios, entretanto, fica sobre nossas responsabilidades recriar, reforçar e realizar de maneira satisfatório uma educação que contemple todos de forma igualitária tratando a questão do gênero de forma racional e sem preconceito. Quanto ao trabalho, é de suma importância entender como ele se descreve em nossas vidas, para que não se torne alienante e desgaste, mas algo prazeroso. Neste âmbito, a ação educativa deve conduzir o sujeito a refletir sobre sua realidade, seu mundo concreto, como elaborador e criador do conhecimento, distanciando-o da compreensão mágica de mundo para uma crítica da realidade.

Neste cenário no qual descrevemos, enxergamos que para atingir os objetivos de uma educação mais cidadã voltada à classe trabalhadora e a relação de gêneros, não só o Estado como a sociedade e a comunidade escolar terá que dispender esforços e elementos de competência pedagógica bem como, preparar seus profissionais com habilidades específicas, para que se desenvolva em sala de aula uma pedagogia libertadora, assegurando nas tomadas das decisões a participação de todos de forma descentralizada para que as ações sejam efetivamente cumpridas. Devemos ter a consciência de que a educação nas suas várias facetas, é um ato político e democrático que pode se dar em qualquer fase da vida do sujeito, e se julgamos que nosso país é verdadeiramente uma pátria educadora, devemos valer esse direitos a quem a vida deu caminhos diferentes ao da escola.

ABSTRACT

This article aims to develop a critical reflection that gives visibility to some of the many challenges of the Education of Young People and Adults (EJA) that, in a way, prevents the fight against illiteracy in our country. Characterizing itself as a research of the bibliographic type, even though, in a not so deep way, it deals with the problem of the literacy of young and adult people in our country. Above all, in a country such as ours that still does not prioritize programs to combat illiteracy, with more committed actions. And because of this, we seek to highlight the gender issue, since we live in an extremely sexist country, where the figure of man was exalted and that of woman was conceived as being a fragile sex, hence its place to be understood as being exclusive to the That is, "modest" and "home". As well as bringing up the question of work that, in a certain way, contributed to the subjects being part of the "Education of Young and Adult People" in our country. With this scope, we will support authors such as Ferreira (2007); Laffin (2012); Gonçalves (2012); Freire (2013).

Keywords: Reflection. Education of Young and Old People. Fighting Illiteracy.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2000. – (Coleção primeiros passos; 171) 4ª reimpressão da 6ª edição de 1986.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm.> Acesso em: 25nov. 2016.

BRASIL. **Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. > Acesso em 24 nov. 2016.

DELORES, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 45º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GONÇALVES, Rita de Cássia. **Educação de Jovens e Adultos e o mundo do trabalho**. In: LAFFIN, M. Hermínia L. F. (Org.). Educação de Jovens e Adultos na Diversidade: Livro 2. Florianópolis: Núcleo de Publicação do CED, 2010. Capítulo 2, págs. 28-57.

MIZUKAMI, Maria da Graças Nicoletti. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio (SPSJV), 2008. 478 p.

ZABALA, Antoni. **A Prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.